



**09 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Sexta-feira**

- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM 11 DE 14 LOCAIS EM OUTUBRO, DIZ IBGE
- ENTREVISTA: REFORMA DA PREVIDÊNCIA BENEFICIARÁ TODA SOCIEDADE, DIZ GERENTE DA CNI
- INFLAÇÃO PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA CHEGA A 7,39% EM UM ANO
- SALÁRIO MÍNIMO TERIA QUE SER DE R\$ 3.940,41, DIZ DIEESE
- RECEITA DA INDÚSTRIA PARA INOVAÇÃO CAI A MENOR PATAMAR REGISTRADO PELO IBGE
- JUROS DEVEM CONTINUAR CAINDO MESMO COM CENÁRIO DE INCERTEZAS
- ECONOMISTAS DIZEM QUE NEGOCIAÇÃO NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É INEVITÁVEL
- METALÚRGICOS PARAM ANCHIETA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- CENTRAIS SINDICAIS AMEAÇAM PROMOVER GREVE GERAL CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- DISCUSSÕES SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SÓ DEVEM COMEÇAR EM FEVEREIRO
- PLANALTO ADMITE NEGOCIAR IDADE MÍNIMA E REGRA DE TRANSIÇÃO NA PREVIDÊNCIA
- ABINEE VAI COBRAR DA ANEEL SOLUÇÃO PARA IMBRÓGLIO COM A ESPANHOLA ABENGOA
- PRESIDENTE DA ARGENTINA VIRÁ AO BRASIL ATÉ MARÇO DE 2017
- CUSTO UNITÁRIO BÁSICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL FICA ESTÁVEL EM NOVEMBRO
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA ELETRÔNICA DEVE RECUAR 11% EM 2016, REVELA ABINEE
- INVESTIMENTO NA ECONOMIA RECUOU 2,6% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, DIZ IPEA
- DO LIXO AO LUCRO: TRÊS MANEIRAS DE FAZER SUA EMPRESA GANHAR COM CUIDADOS AMBIENTAIS
- CONHEÇA AS EMPRESAS VENCEDORAS DO PRÊMIO BEM FEITO NO PARANÁ

- CHEFE JOVEM COM SUBORDINADOS MAIS VELHOS PODE REDUZIR PRODUTIVIDADE DA EMPRESA
- MULHER TEM QUE SE APOSENTAR ANTES POIS CUIDA DA CASA, DIZ PAULINHO DA FORÇA
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA BUSCA CORRIGIR TRATAMENTO DESIGUAL, DIZ MINISTRO
- INFLAÇÃO AVANÇA 0,18% EM NOVEMBRO, MENOR ALTA PARA O MÊS DESDE 1998
- RECEITAS DE CIDADES COM REPASSES DA MINERAÇÃO VOLTAM A SUBIR NESTE ANO
- TCU COBRA GOVERNO PARA REVER POLÍTICA DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO
- VOLKSWAGEN USA IMPRESSORA 3D EM PROJETOS NO BRASIL
- AEA: NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL VIRÁ A CONTA-GOTAS
- VENDAS DE IMPLEMENTOS RECUAM 30% ATÉ NOVEMBRO
- CHINA MANTÉM PLANOS DE PRODUZIR LIFAN NO URUGUAI
- BMW AMPLIA RECALL POR POSSÍVEL FALHA NO ISOFIX
- PSA INVESTIRÁ US\$ 320 MILHÕES NA ARGENTINA
- NÃO CHORE A MORTE DE ACORDOS COMERCIAIS
- UE ABRE NOVA INVESTIGAÇÃO SOBRE IMPORTAÇÕES DE AÇO DA CHINA

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 09/12/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,375	3,376
<b>Euro</b>	3,562	3,563

**Fonte: BACEN**

### Produção industrial cai em 11 de 14 locais em outubro, diz IBGE

09/12/2016 – Exame



A produção industrial recuou em 11 dos 14 locais investigados na passagem de setembro para outubro, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No maior parque industrial do País, São Paulo, a queda foi de 2,4%, redução mais acentuada do que a média nacional, de -1,1%.

Os demais resultados negativos foram registrados por Minas Gerais (-7,6%), Pará (-4,2%), Goiás (-3,0%), Amazonas (-2,5%), Santa Catarina (-2,1%), Região Nordeste (-1,2%), Rio Grande do Sul (-1,0%), Espírito Santo (-0,6%), Ceará (-0,3%) e Bahia (-0,3%).

Na direção oposta, houve expansão no Rio de Janeiro (3,4%), Paraná (2,7%) e Pernambuco (1,5%).

### **Comparação interanual**

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a indústria teve perdas em 13 dos 15 locais investigados em outubro, segundo o IBGE.

No maior parque industrial do País, São Paulo, a queda foi de 6,5%, retração menos acentuada do que a média nacional, de 7,3%.

Os demais recuos foram registrados por Mato Grosso (-21,6%), Espírito Santo (-15,4%), Goiás (-13,7%), Minas Gerais (-11,1%), Amazonas (-8,6%), Ceará (-7,5%), Bahia (-7,4%), Santa Catarina (-4,9%), Rio Grande do Sul (-4,4%), Região Nordeste (-2,6%), Paraná (-2,2%) e Pernambuco (-0,7%).

Na direção oposta, houve aumento na produção do Rio de Janeiro (5,7%) e Pará (2,4%).

## **ENTREVISTA: Reforma da Previdência beneficiará toda sociedade, diz gerente da CNI**

09/12/2016 – CNI

O gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, afirma que, sem mudanças, a Previdência pode quebrar e não terá como garantir o pagamento das aposentadorias e pensões no longo prazo.



A proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governo ao Congresso está na direção certa porque busca a igualdade e a sustentabilidade do sistema atual. A avaliação é do gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco.

Segundo ele, as mudanças são importantes para garantir o pagamento das aposentadorias e pensões no longo prazo e equilibrar as contas públicas. Também ajudarão o país voltar a crescer e criar empregos e oportunidades de trabalho para todos os brasileiros.

"Ao trazer o equilíbrio das contas públicas, a reforma da Previdência não beneficiará apenas os aposentados. Toda a sociedade ganhará", afirma Castelo Branco nesta entrevista à Agência CNI de Notícias.

### **Agência CNI de Notícias - Por que a reforma da Previdência é importante para o Brasil?**

**Flávio Castelo Branco** - O crescimento dos gastos da Previdência é o principal

componente do déficit público. Nos últimos anos, os gastos com benefícios têm ficado muito acima do valor arrecadado com as contribuições previdenciárias, o que gerou um grande desequilíbrio nas contas públicas. O equacionamento do déficit da Previdência, que se dará com a reforma do sistema atual, é indispensável à retomada da estabilidade econômica.

### **Agência CNI de Notícias - Quais os principais pontos da proposta de reforma da Previdência que o governo encaminhou ao Congresso Nacional?**

**Flávio Castelo Branco** - A proposta do governo está voltada para o lado dos benefícios e muda os critérios de elegibilidade para o cidadão ter acesso à aposentadoria e às pensões. A principal mudança é a introdução da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria.

O Brasil tem um histórico de aposentadorias muito precoces. Ao impor o limite de idade de 65 anos, o número de beneficiários que entrarão no sistema precocemente se reduzirá rapidamente. Outro ponto importante é o aumento de 15 para 25 anos do período de contribuição exigido para o segurando ter direito à aposentadoria.

A medida é positiva porque a expectativa de vida da população está aumentando. Com isso, os indivíduos precisam contribuir mais tempo, porque passarão mais tempo usufruindo do benefício. A mudança demográfica, que elevou a média de idade da população brasileira, é a origem do desequilíbrio das contas da Previdência.

Além disso, a proposta reduz o valor da pensão por morte do cônjuge e não permite o acúmulo de pensão e aposentadoria. Também torna mais igualitárias as regras para os diversos grupos da sociedade.

Exemplos disso são a equiparação da idade para a aposentadoria de homens e mulheres e a contribuição do trabalhador rural. Em resumo, o sistema está caminhando para ser mais igualitário.

### **Agência CNI de Notícias - A reforma proposta pelo governo está na direção certa?**

**Flávio Castelo Branco** - Sim, a reforma está bem sinalizada. Busca a igualdade e a sustentabilidade do sistema. Os desequilíbrios atuais beneficiam os grupos de renda média e alta. As pessoas de menor poder aquisitivo têm dificuldade de comprovar tempo de contribuição, porque transitam nos regimes informais da economia.

Com isso, acabam se aposentando com uma idade média mais alta do que os que têm emprego formal durante a vida produtiva e conseguem se aposentar mais cedo. Essas pessoas têm melhor qualificação e rendimento mais alto. A reforma não prejudica as pessoas de baixa renda. Ao contrário, torna o sistema mais igualitário.

### **Agência CNI de Notícias - Quais são as vantagens que os brasileiros terão com a reforma da Previdência?**

**Flávio Castelo Branco** - Sem a reforma do sistema atual, em poucos anos, a Previdência estará literalmente quebrada. Ou seja, não terá como assegurar o pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas.

Ao reduzir o déficit da Previdência, a reforma garantirá a sustentabilidade do sistema e o pagamento dos benefícios. Além disso, o déficit atual da Previdência foi um dos fatores do processo de desestabilização da economia e que inviabiliza a criação de empregos e de oportunidades de trabalho para as pessoas. Ao trazer o equilíbrio das contas públicas, a reforma da Previdência não beneficiará apenas os aposentados.

Toda a sociedade ganhará, porque o ajuste das contas públicas, associado a outras medidas de longo prazo que assegurem competitividade das empresas, o aumento da produção e dos investimentos, estimulará a criação de empregos e o crescimento da economia. Sem a reforma da Previdência, dificilmente conseguiremos sair da recessão.

## **Inflação para famílias de baixa renda chega a 7,39% em um ano**

09/12/2016 – Exame

***Em 12 meses o INPC acumula uma taxa de 7,39%, acima dos 6,99% acumulados pela inflação oficial neste mesmo período***



O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para calcular a inflação para famílias com renda de até cinco salários mínimos, ficou em 0,07% em novembro deste ano.

A taxa é inferior à registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial de todas as faixas de renda, que registrou taxa de 0,18% no mesmo período.

Segundo dados divulgados hoje (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no entanto, em 12 meses o INPC acumula uma taxa de 7,39%, acima dos 6,99% acumulados pela inflação oficial neste mesmo período.

Pelo INPC, os produtos alimentícios tiveram queda de preços de 0,31% em novembro, enquanto os não alimentícios tiveram inflação de 0,25% no período.

## **Salário mínimo teria que ser de R\$ 3.940,41, diz Dieese**

09/12/2016 – Exame

***O valor do salário mínimo "necessário" calculado pela Dieese representa quase 4,5 vezes o salário mínimo vigente atualmente de R\$ 880.***



O salário mínimo no Brasil deveria ser de R\$ 3.940,41, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Este é o valor suficiente para suprir as despesas de uma família de quatro pessoas "com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência", diz a instituição.

O cálculo é feito todo mês com base no valor da cesta básica mais cara, atualmente a de Porto Alegre (R\$ 469,04), seguida de Florianópolis (R\$ 466,25) e São Paulo (R\$ 450,39).

Os menores valores foram os de Recife (R\$ 353,08) e Natal (R\$ 354,59). 25 capitais tiveram baixa e só 2 tiveram alta no valor da cesta básica no mês passado.

O valor do salário mínimo necessário em novembro é o mais baixo desde junho, após chegar em outubro a R\$ 4.016,27, a soma mais alta desde que o cálculo começou a ser feito em 1994.

Ainda assim, o salário mínimo "necessário" atual representa quase 4,5 vezes o valor do salário mínimo vigente, que é de R\$ 880.

Em novembro do ano passado, o valor do salário mínimo "real" estava em R\$ 3.399,22, ou 4,3 vezes o salário mínimo então em vigor (R\$ 788).

A lei determina que o reajuste anual do salário mínimo tem como base a soma da variação do INPC (inflação para população de baixa renda) no ano anterior, acrescido da taxa de crescimento real do PIB dois anos antes.

Ou seja: considerando que 2015 e 2016 serão anos de recessão, o próximo aumento real fica para no mínimo 2019.

Em um vídeo, o economista Carlos Eduardo Gonçalves explica quais seriam as consequências práticas se o salário mínimo "necessário" fosse estabelecido por lei: "O que vai acontecer com a pessoa hoje empregada que ganha um salário baixo? (...) Você acha que elas vão continuar todas empregadas ganhando R\$ 3.700 ou elas vão ser mandadas embora porque a contribuição delas pro produto final da empresa não vale esses R\$ 3.700?".

## **Receita da indústria para inovação cai a menor patamar registrado pelo IBGE**

09/12/2016 – Folha de S. Paulo



A indústria brasileira registrou o menor volume de investimentos em inovação em relação a suas vendas desde que o indicador começou a ser mapeado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2000.

Em 2014 —último ano de referência para o estudo, divulgado nesta sexta-feira (9)—, as indústrias dedicaram 2,12% de suas receitas líquidas (descontando impostos sobre as vendas) à inovação.

O número indica uma queda de 10,17% em relação a 2011 (dado anterior), quando o percentual era de 2,36%.

Outra queda, ainda mais acentuada (55%), foi no segmento de energia e gás, em que a relação entre receita e investimentos caiu de 1,28% em 2011 para 0,57% em 2014.

Alessandro Pinheiro, gerente do IBGE responsável pela pesquisa, diz que os resultados apontam para um menor esforço de inovação na indústria nacional e uma perda de qualidade no processo, como consequência.

"Esse é um indicador muito sensível à conjuntura econômica, que já trazia dificuldades desde a crise de 2008. Sua queda mostra uma deterioração de qualidade na inovação."



Para a maioria das empresas da indústria que desenvolveram novos produtos ou processos entre 2012 e 2014, o obstáculo mais importante para a inovação é o custo que ela traz —86% delas atribuem relevância alta ou média a essa questão.

Foram citados ainda como desafios, por 82,1% das empresas, os riscos da inovação e escassez de fontes de financiamento (68,8%).



## **SETORES**

A queda na indústria e no segmento de eletricidade e gás não foi acompanhada pelo restante da economia, que se manteve praticamente estável —foi de 2,54% em 2011 para 2,56% em 2014.

O esforço de inovação foi puxado pelo setor de serviços, no qual as empresas dedicaram 7,81% de suas receitas para o desenvolvimento de produtos, contra 4,96% em 2011.

Dentro do setor, destaca-se o segmento de telecomunicações, que acelerou seus investimentos para a implementação das tecnologias de telefonia 3G e 4G, diz Pinheiro.

Ele aponta que, entre 2012 e 2014, 40% das empresas que realizaram inovação contaram com algum apoio do setor público para o processo, enquanto entre 2009 e 2011 haviam sido 34,2%.

Com a piora do quadro econômico e fiscal brasileiro, a tendência é que esse percentual caia, impactando negativamente o cenário da inovação no país.

## **EMPRESAS INOVADORAS**

Se, por um lado, o esforço de inovação em relação às vendas diminuiu, a pesquisa mostrou leve recuperação no percentual das companhias que estão buscando criar novos produtos e processos.

Em 2014, 36% das empresas brasileiras com 10 ou mais funcionários trabalharam em algum projeto de inovação, enquanto em 2011 foram 35,7% e em 2008, 38,61%.

Levando em conta dados da Eurostat (organização estatística da Comissão Europeia) referentes ao período entre 2010 e 2012, a participação de negócios inovadores no Brasil, em relação ao total de negócios, fica abaixo da encontrada em países como Alemanha (66,9%), Irlanda (58,7%) e Itália (56,1).

Ela se aproxima da encontrada na Croácia (37,9%) e fica um pouco acima dos índices de Eslováquia (34%) e Espanha (33,6%).

## **MODALIDADE**

A maior parte da inovação no mercado brasileiro está baseada em melhoria de processos e assimilação de tecnologias já disponíveis no mercado.

Quando solicitadas a indicar seu principal produto e/ou processo desenvolvido e sua importância, apenas 595 empresas afirmaram que ele era novo no mercado mundial.

Por outro lado, pouco menos de 5.100 indicaram desenvolver produto novo no Brasil, e outras 10,2 mil se dedicavam a itens já disponíveis no país.

A pesquisa avaliou um universo de 132,5 mil empresas com 10 pessoas ou mais.

## **Juros devem continuar caindo mesmo com cenário de incertezas**

09/12/2016 – Gazeta do Povo

***Para analistas financeiros, turbulências não irão afetar queda da Selic e da inflação, o que abre espaço para ganhos em títulos prefixados e na Bolsa***



A instabilidade política no Brasil, as incertezas em torno da economia norte-americana após a eleição de Donald Trump e a alta dos preços do petróleo terão pouco impacto sobre as taxas de juros e a inflação, que tendem a cair ainda mais nos próximos meses.

Com isso, analistas financeiros veem a abertura de janelas de ganhos na Bolsa, nos títulos prefixados – que têm o rendimento definido no momento da compra – e nos papéis atrelados à inflação.

Em sua última ata, o Copom (Comitê de Política Monetária), sinalizou uma tendência de manutenção nos cortes da taxa básica de juros, a Selic. Na reunião de novembro, o comitê reduziu o indicador em 0,25 pontos percentuais, fixando-o em 13,75% ao ano.

Até o fim de 2017, porém, o mercado financeiro estima que as taxas sejam derrubadas para 10,50% ao ano. Na avaliação do economista da Daycoval Investimentos, Rafael Gonçalves Cardoso, o conservadorismo do Banco Central, que reduziu a taxa em um ritmo abaixo da queda da inflação, abrirá espaço para uma estratégia de cortes mais profundos.

A previsão do mercado é que o IPCA, que calcula a alta dos preços, feche em 6,69% em 2016. Já para o próximo ano, o índice deverá ficar em 4,93%. “A inflação como um todo mostra claros sinais de arrefecimento, a despeito da inflação de serviços. De modo geral, a atividade econômica vem decepcionando e deve continuar uma retomada gradual, o que possibilita um corte mais agressivo do Banco Central”, afirma Cardoso.

### **Renda fixa**

Com os juros futuros em queda, os títulos prefixados com prazos de dois anos podem oferecer ganhos reais – descontada a inflação – acima dos garantidos pelos pós-fixados, já que, neste cenário, os retornos pagos serão maiores. Nesta semana, os papéis do “Tesouro pré” com vencimento para 2019 ofereciam juros próximos de 11,50% ao ano. Por outro lado, o Tesouro IPCA+ também com vencimento em 2019 oferecia um “prêmio” de 5,95% além da inflação.

Para o analista da Spinelli Corretora, Samuel Torres, outros ativos que se destacam são as debêntures incentivadas. Os títulos de renda fixa de empresas ligadas ao setor de infraestrutura são uma alternativa para as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e Imobiliárias (LCIs), que estão raras no mercado, e têm como vantagem a isenção do Imposto de Renda.



Neste ano houve uma rodada de ofertas dos papéis no mercado financeiro, devido à menor participação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) nos financiamentos de longo prazo.

As debêntures costumam oferecer ganhos prefixados, mais a correção de um determinado índice, como a TR e o IPCA, mas também podem ser pós-fixadas. "Por causa da isenção no imposto, mesmo pagando menos do que a DI [taxa que acompanha a Selic], o retorno é maior que o de outros títulos. E há muitas empresas boas que estão lançando títulos, o que diminui as chances de calote", considera Torres.

### ***Empresas que fizeram "lição de casa" ganham destaque na Bolsa***

A tendência de uma recuperação econômica, mesmo que lenta, e da redução do custo do crédito para o setor privado deve melhorar o cenário de investimentos na Bolsa. Para o economista da Daycoval Investimentos, Rafael Gonçalves Cardoso, as empresas que fizeram a "lição de casa" e enxugaram custos e melhoraram a governança corporativa deverão apresentar melhores resultados aos acionistas.

Na opinião dele, após a guinada das ações de primeira linha (blue chips), como Petrobras e Vale, os investidores devem prestar atenção nos papéis de segunda linha (small caps), que tendem a puxar os ganhos na Bolsa. O analista da Spinelli Corretora, Samuel Torres, acrescenta que empresas do setor de infraestrutura e exportadoras também podem apresentar resultados positivos.

Segundo o gerente da Daycoval Investimentos, Marcos Alexandre Lyra, os fundos multimercados são uma outra opção entre os investimentos de maior risco, já que houve uma melhora na captação de recursos e as gestoras têm uma maior agilidade para ajustar as carteiras.

## **Economistas dizem que negociação na reforma da Previdência é inevitável**

09/12/2016 – Tribuna PR

Para especialistas em Previdência, não há nenhuma surpresa no fato de o governo começar a negociar a reforma. Até os defensores incondicionais de mudanças mais duras na concessão de benefícios avaliam que os pontos mais polêmicos vão sofrer revisão.

Além dos itens que o próprio governo já se mostrou disposto a rever – como idade mínima e regras de transição –, os especialistas acreditam que irão para a mesa de negociação as regras para o pagamento de pensões e o tempo de contribuição para se receber aposentadoria integral.

A regra sugerida na proposta de emenda constitucional (PEC) prevê que o valor da aposentadoria seria o piso de 51% da média de salários de contribuição, somado 1 ponto porcentual para cada ano de contribuição. Por esse critério, seria preciso trabalhar 49 anos para receber o teto, hoje em R\$ 5.189,82.

"Veja bem, por mim ficava como está, a proposta está correta, mas acho difícil que não mexam na regra do teto", diz o economista Paulo Tafner. Ele acredita que o valor de partida, de 51%, pode ser alterado para algo entre 55% e 60%. Se fosse adotado 60%, por exemplo, seria possível receber o teto do benefício com 40 anos de trabalho.

No caso da pensão por morte, o economista Fábio Giambiagi acredita que vão surgir discussões em relação ao porcentual de benefício para cada filho. Pela regra sugerida, o cônjuge receberia 50% da pensão por morte, mais um adicional de 10% por filho.

"Esse valor pode ser elevado para 20%", diz. Na avaliação dele, apesar de a PEC prever o fim da acumulação de benefícios, talvez ela seja mantida. "Tenho dúvidas de que a vedação à acumulação passe: pode ser uma regra excessivamente dura para

casais de idosos, especialmente morando de aluguel, que não cairá com a morte de um dos cônjuges”, diz ele.

Ambos os economistas têm estimativas para a revisão do chamado pedágio – o tempo a mais de trabalho que deve ser cumprido pelos que entram na regra de transição. Pela PEC, teriam de trabalhar a mais o equivalente a 50% do tempo que resta para se aposentar. O pedágio pode cair para entre 30% e 40%.

Na avaliação do advogado Rodrigo Campos, especialista em direito previdenciário do escritório Demarest, o governo fará bem em rever a idade mínima de 65 anos. “O Brasil ainda é muito diverso e nos Estados mais pobres a longevidade está próxima de 65 anos: muita gente pode morrer antes de se aposentar”, diz.

Segundo o IBGE, a expectativa de sobrevida no Norte e no Nordeste é de 19 anos, em média, após 60 anos. Campos lamenta que talvez não exista solução para outro problema: o fato de haver muitos trabalhadores braçais no País e de ser difícil para eles se manterem na ativa além dos 60 anos. “Você envelhece de um jeito num escritório e de outro num canteiro de obras ou no chão de fábrica.”

### **Metalúrgicos param Anchieta contra reforma da Previdência**

09/12/2016 – Diário do Grande ABC

Metalúrgicos realizam hoje mobilização na Via Anchieta contra a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo na terça-feira. Coordenada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a ação teve início às 7h, quando os trabalhadores começam a sair das principais fábricas e montadoras da categoria com destino ao Km 18 da rodovia, sentido Litoral, onde houve ato unificado às 9h. Segundo a entidade, 12 mil pessoas participam do ato.

De acordo com a Ecovias, concessionária que administra a via, o trânsito segue congestionado nas pistas marginais do Planalto da Rodovia Anchieta, sentido litoral, do km 14 ao km 18, e no sentido São Paulo, do km 22 ao km 18, devido à manifestação. No sentido litoral, o tráfego está sendo direcionado para a pista central no km 15 e, no sentido São Paulo, no km 18.

A proposta do governo prevê idade mínima de 65 anos e trabalho por 49 anos para conseguir 100% da aposentadoria.

### **Centrais sindicais ameaçam promover greve geral contra reforma da Previdência**

09/12/2016 – Tribuna PR

As principais centrais sindicais do Brasil se reuniram nesta manhã de quinta-feira, 8, para iniciar o processo de mobilização contra a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo.

Os sindicalistas não concordam com os pontos mais importantes do projeto, como a idade mínima de 65 anos e a equiparação entre homens e mulheres, e alguns grupos já cogitam a possibilidade de greve geral.

Para Luiz Carlos Prates, o Mancha, do CSP-Conlutas, a proposta de reforma é um grande ataque ao trabalhador e visa acabar com as aposentadorias.

“Não vemos margem para negociar com o governo, que deseja impor essa reforma sem uma ampla negociação. Estamos iniciando uma mobilização que, na nossa visão, deve culminar com uma greve geral”, afirmou.

Segundo o diretor de comunicação social da Nova Central, Nailton Francisco de Souza, o governo não cumpriu o que foi combinado com as centrais quando Michel Temer ainda era presidente interino. “Foi criado um grupo de trabalho para debater o assunto. O grupo fez sugestões, mas o governo não respondeu e só nos comunicou que enviaria a proposta ao Congresso”.

O diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, disse que as centrais em geral têm um posicionamento contrário à reforma, mas que ainda vão ser realizados novos debates e reuniões para definir os principais pontos a serem combatidos.

“Esse projeto é complexo e afeta inúmeras dimensões da vida do trabalhador. O Dieese vai construir um diagnóstico detalhado para que tenhamos um posicionamento técnico conjunto e, lá para fevereiro, março, quando o assunto estiver sendo discutido no Congresso, vamos apresentar nossas propostas”, explicou.

O secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, disse que amanhã já haverá uma grande mobilização dos metalúrgicos do ABC contra as mudanças na Previdência. “Essa reforma inviabiliza o acesso à Previdência. Estamos caminhando para um período pré-Getúlio Vargas, onde não existia absolutamente nada nessa área. Isso é muito danoso”, comentou.

O secretário-geral da UGT, Francisco Pegado, demonstrou certa abertura e disse que pretende debater questões pontuais do projeto de reforma que podem ser negociadas.

Já o secretário de Previdência da CTB, Pascoal Carneiro, ressaltou que o governo está fugindo da obrigação constitucional de transferir recursos para a seguridade social. “Essa reforma é para privatizar o sistema público de Previdência Social”, comentou.

“Esse governo tem uma visão financista e não social da Previdência”, acrescentou o presidente da CSB, Antonio Neto. “A reforma da Previdência e a PEC do Teto de Gastos visam transferir dinheiro do setor público para o setor financeiro”, reforçou o secretário-geral da CGTB, Carlos Pereira.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, afirmou que a proposta do governo penaliza os trabalhadores e que as centrais não aceitarão a idade mínima de 65 anos e o tempo de contribuição de 49 anos para poder receber 100% do benefício. “Provavelmente a grande maioria dos trabalhadores não chegará lá, vai morrer antes disso. Ou teremos que começar a trabalhar com 5 anos de idade?”, questionou.

## **Discussões sobre reforma da Previdência só devem começar em fevereiro**

09/12/2016 – Tribuna PR

Apesar de a proposta de reforma da Previdência já ter sido encaminhada ao Congresso Nacional, o Planalto avalia que as negociações em torno do texto só vão começar de fato depois das eleições para as presidências da Câmara e do Senado, previstas para fevereiro.

Enquanto no Senado a candidatura do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) está consolidada, na Câmara ainda há incertezas sobre a possibilidade de reeleição do presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A ala política do governo tem consciência de que o texto deve sofrer alterações, mas não quer que as eleições do comando do Legislativo contaminem as negociações. Para evitar um vácuo que poderia até aumentar a exposição de críticas à proposta, o

governo vai concentrar esforços de ministros e técnicos para apresentar as medidas para empresários, trabalhadores e setores da sociedade civil.

O governo espera que a proposta esteja aprovada no fim do primeiro semestre. A preocupação é com a elaboração do Orçamento de 2018, que tem que ser enviado ao Congresso até o final de agosto. "Se não promulgar antes, o Orçamento terá problema", disse uma fonte palaciana.

Antes mesmo de chegar ao Congresso, o texto da reforma já vinha sendo desidratado em meio a discussões internas. Uma das medidas propostas pela equipe técnica era a elevação da alíquota de contribuição de servidores públicos federais, de 11% para 14%. Mas o presidente decidiu retirar esse ponto para evitar acusações de ter quebrado a promessa de não aumentar impostos.

O governo ainda retirou o trecho que incluía policiais militares e bombeiros na Previdência. Para eles, a regra de transição teria de ser criada por cada um dos Estados.

Na segunda-feira, 5, depois de representantes dos militares fizeram corpo-a-corpo no Planalto, Temer decidiu pela exclusão da categoria da reforma, antes do envio da proposta. Mas acabou que o texto protocolado na Câmara foi a versão incorreta.

Um técnico disse que vão observar como ficará o texto final da reforma após as negociações no Congresso, para então encaminhar as demais, como a das Forças Armadas.

## **Planalto admite negociar idade mínima e regra de transição na Previdência**

09/12/2016 – Tribuna PR

Para enfrentar as resistências para a aprovação da reforma da Previdência, o Palácio do Planalto está disposto a negociar com as centrais sindicais mudanças na idade mínima de 65 anos para homens e mulheres incluída na proposta do governo enviada ao Congresso Nacional na segunda-feira, 5.

Também poderão entrar na mesa de negociação o tempo que os trabalhadores com idade superior a 50 anos (homens) e 45 (mulheres) terão de trabalhar a mais para se aposentar e o "gatilho" que elevaria a idade mínima a 67 anos até o fim dos anos 2050.

No texto da proposta de emenda constitucional (PEC) encaminhada aos parlamentares, o governo estabeleceu uma regra de transição até a implementação completa da reforma, com um pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição que falta para se aposentar – ou seja, para quem falta três anos, seria necessário trabalhar mais um ano e meio.

O valor é maior dos que os 40% discutidos inicialmente durante a elaboração do texto pela área técnica. Segundo interlocutores do governo, a proposta foi desenhada com uma "gordura" para negociação por conta da complexidade da reforma e das resistências já encontradas antes mesmo do seu anúncio.

O texto apresentado é considerado duro pelo governo, mas auxiliares do presidente Michel Temer avaliam que as negociações não podem desfigurar o objetivo principal da reforma, que é garantir a sustentabilidade das contas da Previdência.

Uma das alternativas é a fixação de um escalonamento na idade mínima, até chegar aos 65 anos. Durante a reunião do presidente com as centrais sindicais para apresentar a reforma, o governo viu que a idade mínima de 65 anos terá muita dificuldade de ser aprovada. Foi o ponto mais atacado pelos sindicalistas.

O gatilho também é um ponto passível de negociação. Pela regra proposta pela área técnica, a idade mínima subiria um ano sempre que a média de sobrevida dos brasileiros aos 65 anos aumentasse em igual proporção.

Hoje, essa sobrevida é de 18,4 anos. Pela regra, portanto, a idade mínima chegaria a 66 anos quando essa sobrevida atingisse 19,4 anos. Por outro lado, o governo não pretende mexer na proposta que veda o acúmulo de benefícios.

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva, disse que a idade de 65 anos é inaceitável. Ele propõe uma alternativa: a fixação de uma idade mínima de 60 anos para homens e 58 anos para mulheres, com um pedágio de 30% sobre o tempo restante de contribuição para todos que estiverem no mercado de trabalho quando a emenda for promulgada.

A proposta será discutida pelo comando da Força em reunião nesta sexta-feira, 9, para depois ser levada ao Palácio do Planalto.

## **Reforma da Previdência busca corrigir tratamento desigual, diz ministro**

09/12/2016 – Bem Paraná

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que a reforma da previdência enviada pelo governo ao Congresso é para corrigir tratamento desigual no sistema previdenciário brasileiro que faz com que as pessoas se aposentam mais cedo "ganhem mais, e não o contrário".

De acordo com ele, o sistema atual beneficia alguns grupos em detrimento de outros, sem especificar quais. A reforma seria também para garantir a sustentabilidade da previdência pública a longo prazo. "Não podemos permitir que a previdência não tenha como arcar com o pagamento dos benefícios", disse o ministro.

As declarações foram dadas nesta quinta-feira (8) durante entrevista coletiva de Oliveira num encontro realizado no ministério com representantes do governo e de empresas americanas, mediado pela Embaixada dos EUA no Brasil. Os dois governos tentam convencer empresas americanas a entrar em concessões no setor de infraestrutura nacional.

Segundo o ministro, o gasto com previdência no Brasil em 2017 alcançará R\$ 720 bilhões com pagamentos de aposentadorias e outros benefícios previdenciários, o que representará 55% das despesas federais previstas. Ainda segundo ele, o déficit da previdência deverá ir a R\$ 180 bilhões.

Em relação ao recuo do governo, que retirou a Polícia Militar e os Bombeiros das regras da atual reforma, Oliveira afirmou que essas categorias teriam um tratamento diferenciado na Constituição e por isso não poderiam estar no texto enviado.

Oliveira lembrou ainda que a reforma não mexe nos direitos dos atuais aposentados e nem com os direitos de quem já têm tempo para se aposentar. O projeto, segundo ele, é necessário para a estabilização fiscal do país e vai permitir no futuro espaço para ampliar investimentos e programas sociais "na saúde e educação".

"Temos esperança e convencimento de que o Congresso aprovará e a sociedade brasileira compreenderá a importância e a necessidade de se fazer a reforma", disse o ministro.

## **Mulher tem que se aposentar antes pois cuida da casa, diz Paulinho da Força**

09/12/2016 – Bem Paraná

O deputado federal e presidente da Força Sindical Paulinho da Força (Solidariedade) afirmou que homens e mulheres não podem se aposentar com a mesma idade porque "as mulheres têm que cuidar da casa e além disso têm que trabalhar".

"O que nós não podemos concordar é que homens e mulheres tenham o mesmo tempo de aposentadoria. Todos nós homens sabemos que os homens não lavam nem um prato quando acabam de comer.

Então as mulheres têm que cuidar da casa e além disso tem que trabalhar. Então elas não podem se aposentar igual aos homens", afirmou antes da reunião das centrais sindicais para debater a proposta de reforma da Previdência proposta nesta semana pelo governo. As centrais vão apresentar uma contraproposta à reforma.

Paulinho defendeu, no entanto, que a idade mínima para aposentadoria seja de 60 anos para homens e 58 para mulheres. Hoje não existe idade mínima para homens que completam 35 anos de contribuição ao INSS e mulheres que alcançam 30 anos de vida contributiva.

O governo quer exigir idade mínima de 65 anos para ambos os sexos e 25 anos de contribuição para a Previdência. Apesar da contribuição de pelo menos 25 anos, para receber o benefício integral a que tem direito, o trabalhador precisará comprovar 49 anos de pagamentos ao INSS.

"Não pode você ter que trabalhar 49 anos pra se aposentar integralmente. Qual brasileiro vai conseguir trabalhar 49 anos. Vai ter que começar a trabalhar a partir dos cinco anos de idade?", questionou.

## **Abinee vai cobrar da Aneel solução para imbróglio com a espanhola Abengoa**

09/12/2016 – Tribuna PR

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, se reunirá na próxima semana com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino, para tentar chegar a uma solução para o imbróglio envolvendo o grupo espanhol Abengoa e empresas brasileiras fabricantes de materiais e equipamentos elétricos.

"Pretendemos apresentar a ele algum tipo de proposta que possa ser aceitável pela Aneel e que mostre claramente que uma situação como essa tem que ser superada de alguma forma", disse Barbato ao se referir à Lei 13.360/2016 sancionada pelo presidente Michel Temer, que converte a Medida Provisória 735/2016, com veto a 17 trechos, entre eles o artigo 12, que possibilita o poder concedente realizar nova licitação de projetos do setor elétrico, de acordo com o desenvolvimento da obra.

Por problemas financeiros, a Abengoa, que entrou com pedido de recuperação judicial, interrompeu todas as suas obras no Brasil, entre elas uma da linha de transmissão que interligará a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), ao Nordeste. Além disso, deixou de pagar as empresas brasileiras que forneceram materiais e equipamentos elétricos às obras.

As previsões da Aneel, de acordo com Barbato, incluíam uma nova licitação para a pronta retomada da construção das linhas. "Mas está ficando claro que essa possibilidade é bastante diferente."



Havia previsões da Aneel de relicitação para reconstruir rapidamente as linhas. Só que com o veto do presidente Michel Temer à relicitação das linhas de transmissão da Belo Monte, de acordo com Barbato, está ficando claro que essa possibilidade não ocorrerá.

“Essa situação tem que ser superada de alguma forma”, disse o presidente da Abinee. Para ele, não se trata de só preservar o interesse da indústria que forneceu os equipamentos, mas garantir, principalmente, a segurança energética, pois deixar Belo Monte produzindo energia e não ter linhas para escoá-la é o absurdo dos absurdos. “Essa incompetência nós já tivemos em relação às Eólicas do Nordeste. Vamos fazer isso também com Belo Monte?”, questionou Barbato.

Para o executivo, está faltando um diálogo mais aberto por parte da Aneel no sentido de perceber que os fabricantes não estão preocupados somente em resolver um problema gravíssimo que está sendo gerado para as indústrias e fornecedores. Muito mais do que isso é poder manter o cronograma ou ficar muito próximo do cronograma inicial.

“O fato de ter ocorrido o veto me chamou a atenção porque nos dias anteriores, nas reuniões que tivemos na própria Casa Civil, havia muito boa vontade e um perfeito entendimento em relação à proposta que foi apresentada. A justificativa do veto, honestamente, não conseguiu me convencer em momento algum até porque não sei onde aquilo influenciaria a situação fiscal do País”, criticou o presidente da Abinee.

“Não consigo enxergar de jeito nenhum até porque se for feita a nova licitação haverá um aumento natural dos preços. A solução que quiseram dar não deu certo porque ninguém quis comprar o pacote como se aventou”, afirmou. Barbato disse acreditar que a situação vai ser resolvida porque se chegou a um momento em que todos estão percebendo que “o diabo é mais feio do que parece”.

## **Presidente da Argentina virá ao Brasil até março de 2017**

09/12/2016 – Tribuna PR

O presidente da Argentina, Maurício Macri, deverá vir ao Brasil até março próximo, em data ainda a ser definida. A visita foi discutida nesta quinta-feira, 8, na audiência que a chanceler da Argentina, Susana Malcorra, teve com o presidente Michel Temer, segundo fontes.

No encontro, eles falaram da Hidrovia do Mercosul, um projeto de infraestrutura de grande interesse do Brasil, mas que nos últimos anos esteve paralisado por questões trabalhistas do lado argentino. Essas dificuldades foram contornadas, segundo informou a ministra, e agora o projeto deverá figurar entre os projetos prioritários de integração da infraestrutura na região.

Os dois falaram também sobre o funcionamento dos Congressos em ambos os países. Temer disse à chanceler que está muito esperançoso na aprovação das medidas econômicas. Ele avaliou que o Congresso brasileiro está bem comprometido e que o governo conta com uma boa base parlamentar.

### **União Europeia**

Susana esteve também no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), onde se reuniu com o ministro Marcos Pereira. Na conversa, eles acertaram como meta fechar o acordo entre Mercosul e União Europeia em 2018.

Isso deverá ser facilitado pelo fato de a Argentina assumir a presidência do Mercosul na próxima semana, encerrando um período de indefinição, quando o bloco foi presidido por uma comissão, por não reconhecer o comando da Venezuela. Em meados de 2017, a presidência passa para o Brasil. Assim, os dois países concordaram em

estabelecer um programa comum de trabalho para avançar com as negociações nesse período.

“O acordo com a União Europeia é uma prioridade em comércio exterior para o Brasil. Devemos buscar consenso interno para quando formos à Comissão Europeia”, defendeu o ministro Marcos Pereira, em nota divulgada por sua assessoria de imprensa. “Trabalhando mais em conjunto, montando uma equipe mais coordenada, teremos muito mais chance de ter êxito”, avaliou Susana, segundo informação do ministério brasileiro.

Os ministros também falaram sobre acelerar outros acordos comerciais do bloco, como os da Índia, o Canadá e a Associação de Livre Comércio da Europa (Efta), formada por Islândia, Lichtenstein, Noruega e Suíça.

No encontro, a chanceler argentina pediu medidas de desburocratização no comércio. Os dois países assinaram uma declaração conjunta pela criação do Certificado de Origem Digital (COD). Implantado, ele permitirá a redução de custos e prazos para a emissão de certificados de origem.

### **Venezuela**

A chanceler argentina disse que a expectativa dos países integrantes do Mercosul é que a Venezuela cumpra as exigências do bloco e volte a ser membro pleno. “Quando houver regras que ponham a Venezuela em pé de igualdade com outros países do Mercosul, ela voltará a ser membro de direito”, afirmou, após encontro com o ministro das Relações Exteriores brasileiro, José Serra.

A ministra rebateu as críticas do governo venezuelano de que outros países como Brasil e Argentina também não cumprem todas as regras do Mercosul e disse que as normas evoluem com o tempo. “Cada vez assumimos mais compromissos. Todos temos que fazer maiores adequações, mas estamos falando de uma linha básica de cumprimento”, afirmou.

De acordo com Serra, será formado um grupo dentro do Mercosul para chegar a um entendimento prévio em relação a pontos do acordo com a União Europeia, que permitirá aos países sul-americanos negociarem com o bloco europeu com mais força. “Estamos negociando separadamente, não há uma negociação articulada”, criticou. Susana disse que a ideia é fazer com que a agenda Mercosul-UE ande o mais rápido possível.

Os dois chanceleres também discutiram a redução de barreiras ao comércio dentro do bloco, principalmente as não-tarifárias. Segundo Serra, a ideia é homogeneizar exigências técnicas, sanitárias e fitossanitárias para facilitar o trânsito de mercadorias entre os países do Mercosul. Para isso, está sendo estudada a criação de uma agência binacional de normas técnicas com a cooperação do Inmetro e órgãos argentinos.

## **Custo unitário básico da construção civil fica estável em novembro**

09/12/2016 – Tribuna PR

O Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil do Estado de São Paulo ficou em R\$ 1.295,63 por metro quadrado em novembro, patamar estável frente a outubro, de acordo com pesquisa divulgada nesta quinta-feira, 8, pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). No ano a alta está em 5,58%.

Os custos da construção têm se mantido estáveis devido à fraca atividade da economia, de acordo com avaliação do presidente do Sinduscon-SP, José Romeu Ferraz Neto. “O custo da mão de obra se mantém estável, enquanto a maioria dos

materiais registra estabilidade ou deflação, devido à baixa demanda. E no momento não se antevê mudança neste cenário para os próximos meses”, afirma.

Nas obras incluídas na desoneração da folha de pagamentos também houve estabilidade no CUB na comparação com outubro, totalizando R\$ 1.201,01 por metro quadrado. Em 12 meses, o indicador chegou a 5,53%.

O CUB é o índice oficial que reflete a variação dos custos mensais das construtoras para a utilização nos reajustes dos contratos de obras.

## **Faturamento da indústria eletrônica deve recuar 11% em 2016, revela Abinee**

09/12/2016 – Tribuna PR

A indústria eletroeletrônica deve encerrar 2016 contabilizando um faturamento de R\$ 131,2 bilhões, divulga a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) nesta quinta-feira, 8.

O resultado representa queda nominal de 8% em relação ao ano passado, quando o faturamento chegou a R\$ 142,5 bilhões. Quando descontada a inflação, o faturamento do setor em 2016 mostra retração de 11%.

Para a produção industrial, a Abinee projeta queda de 10% neste ano em comparação com 2015. Para os investimentos da indústria elétrica e eletrônica, a previsão é de queda de 25%, passando de R\$ 3,2 bilhões em 2015 para R\$ 2,4 bilhões em 2016.

### **Balança comercial**

As exportações da indústria eletroeletrônica devem fechar esse ano com uma queda de 5% em relação a 2015, caindo de US\$ 5,9 bilhões para US\$ 5,5 bilhões, segundo a Abinee.

As importações devem recuar algo como 20%, passando de US\$ 31,4 bilhões no ano passado para US\$ 25,3 bilhões, em 2016.

Com isso a balança comercial do setor fechará o ano um déficit de US\$ 19,7 bilhões, uma queda de 23% em relação ao ano passado.

### **Emprego**

O número de empregados na Indústria de eletroeletrônicos deve fechar o ano em curso com um recuo 14 mil postos, passando de 248,1 mil no final de 2015 para 234 mil no final de 2016.

No acumulado dos últimos dois anos o setor fechou 60 mil postos de trabalho, segundo o presidente do Conselho da Abinee, Irineu Govêa. Em dezembro de 2014 o setor empregava 294 mil pessoas.

## **Investimento na economia recuou 2,6% em outubro ante setembro, diz Ipea**

09/12/2016 – Tribuna PR

Os investimentos na economia brasileira recuaram 2,6% na passagem de setembro para outubro, segundo o Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Esse é o quarto resultado negativo consecutivo, o que deixa um carregamento estatístico negativo de 4,8% para o quarto trimestre do ano, informou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Caso o indicador mantenha estabilidade nos meses de novembro e dezembro, ainda assim os investimentos encerrariam o último trimestre de 2016 com retração de 4,8%

sobre o trimestre anterior. Na comparação com outubro de 2015, a FBCF encolheu 13,6%. A taxa acumulada em 12 meses ficou negativa em 13,0%.

Os dois principais componentes da FBCF apresentaram desempenho ruim em outubro. O consumo aparente de máquinas e equipamentos (Came) – estimativa dos investimentos em máquinas e equipamentos, que corresponde à produção industrial doméstica mais as importações, excluindo as exportações – apresentou recuo de 1,5% ante setembro. Já o indicador de construção civil encolheu 3,9%, a quarta taxa negativa em cinco meses.

Contra o mesmo mês do ano anterior, os dois componentes apresentaram forte retração em outubro: o consumo aparente de máquinas e equipamentos caiu 15,4%; e a construção civil diminuiu 13,5%.

Dentro do Came, a produção doméstica de bens de capital recuou 2,8% em outubro ante setembro, mas a queda foi amenizada pelo comportamento do volume de importações de bens de capital no mesmo período. Após três quedas consecutivas, o indicador de importações avançou 6,3% na passagem de setembro para outubro. As exportações cresceram 1,2% na mesma comparação.

### **Do lixo ao lucro: três maneiras de fazer sua empresa ganhar com cuidados ambientais**

09/12/2016 – Gazeta do Povo

***Preocupação com o meio ambiente está longe de ser apenas um custo e pode trazer resultados significativos para qualquer negócio.***



Além da gestão de resíduos, a Família Zanlorenzi faz o tratamento da água usada nos processos e devolve cerca de 90 mil litros à rede de esgoto por dia Henry Milleo/Gazeta do Povo

Em apenas um ano, a Família Zanlorenzi conseguiu transformar o lixo em lucro. Nesse período, a empresa de bebidas decidiu dar um novo fim aos resíduos gerados na produção de seus sucos e vinhos e fez com que o que antes era entulho se transformasse em uma nova fonte de receita. Com a ajuda de um trabalho de gestão para oferecer um melhor direcionamento a esses “restos”, por exemplo, ela lucrou R\$ 3,8 mil somente no último mês de outubro.

O valor pode até não ser muito alto, mas mostra bem o quanto o cuidado com o meio ambiente pode ser benéfico também para a indústria. Antes de todas as ações de reciclagem, tratamento de água e outras medidas ecologicamente corretas, a companhia descartava seu lixo em aterros, o que gerava um retorno muito próximo do zero.

E, com as mudanças, ela encontrou uma solução muito mais barata e menos danosa à natureza, como explica o responsável pelo setor ambiental do grupo, Leandro Henrique de Oliveira.

E essa não é a única vantagem que um processo de gestão ambiental pode trazer para a empresa. Muito além da consciência leve, a preocupação com o meio ambiente pode

se reverter em resultados positivos e, em alguns casos, sem depender de grandes investimentos.

### ***Evitando multas***

Todo mundo ganha: gestão ambiental é caminho para a sustentabilidade  
Toda empresa tem de cumprir uma série de leis voltadas à proteção do meio ambiente, sob o risco de pagar duras multas no caso de irregularidades. Porém, mesmo sendo algo obrigatório, algumas companhias ainda cometem alguns deslizes que podem gerar gastos desnecessários.

“O simples cuidado com relatórios e laudos já é algo que ajuda a impedir uma penalização”, explica o coordenador do Instituto Senai de Tecnologia em Meio Ambiente e Química, Marcos Pupo Thiesen.

Segundo ele, essa consultoria legal é uma das principais demandas da indústria. E com razão, já que as multas podem chegar a montantes significativos dependendo da irregularidade encontrada pelos órgãos de fiscalização.

Em casos de crimes ambientais, por exemplo, os valores podem ser milionários. Para Thiesen, a gestão ambiental é importante não apenas por regularizar a situação de uma empresa, mas por identificar os riscos para minimizar os impactos.

### ***Redução de custos***

O caso da Família Zanlorenzi ilustra bem como o cuidado ambiental pode ajudar a reduzir custos e a melhorar a receita. Antes das ações, a empresa tinha um retorno de algo próximo a R\$ 400 por conta do alto custo do descarte de seus resíduos e, em apenas um ano, esse valor ficou quase dez vezes maior.

E com um investimento muito baixo, como aponta a gerente operacional Marcia Parolin. Segundo ela, foram gastos somente R\$ 2 mil para fazer toda a adequação. “O maior investimento foi de tempo para chegar a essas soluções mais baratas”, conta.

Só que essa redução nos custos — e consequente aumento nos lucros — não é exclusiva dos resíduos, dependendo também de como a empresa utiliza a água e a própria energia. Como lembra o coordenador do Instituto Senai, uma melhor eficiência energética ajudou determinados setores da indústria a reduzir entre 15% e 20% de seus gastos.

### ***Sustentabilidade***

#### **Saiba mais**

Para ajudar empresas interessadas em se aprofundar na questão ambiental, o Núcleo Senai de Sustentabilidade oferece um tour virtual em sua unidade. O “passeio” pode ser feito [pelo link](#).

O caminho em busca da sustentabilidade de uma empresa passa pela preocupação ambiental e pelo modo como ela aplica essas ações em prol de um bem comum. De acordo com Thiesen, não há como um negócio pensar em ser sustentável sem estar atento ao seu impacto na natureza e em maneiras de minimizá-lo. Para isso, aponta, é preciso estar ciente de sua emissão de CO<sub>2</sub>, seu consumo hídrico e tudo mais o que envolva o uso e o descarte de materiais ao ambiente.

Para a Família Zanlorenzi, a solução encontra para isso foi trabalhar com a própria comunidade. Localizada em Campo Largo, a empresa fez uma parceria com uma associação de reciclagem que ajuda na distribuição de componentes que antes eram descartados para famílias carentes.

Além disso, todo o resíduo orgânico gerado na produção das bebidas é transformado em adubo que é usado por agricultores locais, além de tratar a água usada nos

processos para devolvê-la para a rede de esgoto. Diariamente, são entregues cerca de 90 mil litros de água já livre de resíduos físicos e químicos. “É uma causa que vale a pena”, pontua Parolin.

## Conheça as empresas vencedoras do Prêmio Bem Feito no Paraná

09/12/2016 – Gazeta do Povo

**As melhores empresas em excelência em gestão foram apresentadas nesta quinta-feira**



Os vencedores do Prêmio Bem Feito no Paraná foram conhecidos nesta quinta-feira (8). O resultado foi divulgado durante o evento Empreender, realizado pela **Gazeta do Povo**. O Prêmio visa reconhecer as companhias com sede no Paraná que atingiram nível de excelência em gestão.

A premiação foi dividida em duas categorias: Pequenas e Médias Empresas e Grandes Empresas. Na primeira, quem levou o prêmio foi a Tecverde Engenharia. Já na segunda categoria, a vencedora foi a Landis+Gyr, que oferece equipamentos de medição de energia elétrica.

Para definir o ranking, as empresas passaram por três etapas de avaliação. Primeiro, responderam uma pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) que avaliou a dinâmica financeira, de clientes, processos, pessoas e inovação em cada uma das empresas.

O questionário tinha 70 perguntas com alternativas que indicavam o nível de maturidade apresentado em cada questão. As melhores pontuadas na pesquisa foram entrevistadas pelo diretor do IBQP, Fernando Lorenz. Na conversa, ele verificou de que maneira as perguntas foram aplicadas e quais setores das empresas participaram.

A terceira etapa foi a avaliação das finalistas por uma banca composta pelo IBQP e a Gazeta do Povo, que verificou o desempenho na pesquisa e o histórico de desenvolvimento das empresas.

“Foi muito difícil definir o ranking final, porque as empresas responderam o questionário com responsabilidade, com consciência e ética, o que prova que o bom desempenho já acontece, que elas já têm excelência em gestão”, relata Lorenz.

E excelência foi a palavra-chave para o sucesso da Tecverde Engenharia, primeira colocada na categoria Pequenas e Grandes Empresas. Lucas Maceno, sócio fundador da empresa, conta que a admiração por outras empresas do ramo da construção e da indústria fez com que eles buscassem modelos que pudessem ser adequados e aplicados nos seus padrões.

“Só o fato de participar de um processo como esse já é um grande motivo para estar aqui, porque isso vai gerar resultado”. Em outubro de 2016, a Tecverde conseguiu dobrar o faturamento com relação a 2015.

A Landis+Gyr também aproveitou a pesquisa do prêmio para fazer uma avaliação de desempenho e criar novos planos de ação para 2017. Algumas mudanças já foram



colocadas em prática nesse ano, não só na empresa, como entre os parceiros que atuam com ela.

“Trabalhamos para otimizar o que já tínhamos, a qualidade, capacidade de ocupação, adequação para o mercado. A fusão de departamentos trouxe menos burocracia e mais eficiência”, conta Alexandre Vidal, diretor de operações da Landis+Gyr.

### ***Série de reportagens vai contar a história das vencedoras***

Além da Landis+Gyr e da Tecverde, outras quatro empresas entraram para o ranking da premiação Bem Feito no Paraná. São elas a Ouro Verde Locação e Serviço e Apetit Serviços de Alimentação (categoria Grandes Empresas) e Indusbello e a Pormade Portas (Pequenas e Médias). As histórias de cada uma das seis premiadas serão contadas em uma série de reportagens produzida pela Gazeta do Povo.

Para Eduardo Fontana, diretor de negócios do grupo GRPCOM, iniciativas como o Prêmio Bem Feito no Paraná e o evento Empreender satisfazem a missão e a responsabilidade que os veículos de comunicação têm de disseminar boas ideias na sociedade. “Não há nenhum outro tipo de empresa que influencie a sociedade como nós, que falamos com um efeito multiplicador”. Ele ressalta a importância de entregar ferramentas para quem quer desenvolver uma ideia empreendedora.

### ***Vencedoras***

Conheça as empresas vencedoras da 3ª edição do Prêmio Bem Feito no Paraná

#### ***Categoria Grandes Empresas***

##### **1º lugar**

Landis+Gyr Equipamentos de Medição

##### **2º lugar**

Ouro Verde Locação e Serviços

##### **3º lugar**

Apetit Serviços de Alimentação

#### ***Categoria Pequenas e Médias Empresas***

##### **1º lugar**

Tecverde Engenharia

##### **2º lugar**

Indusbello

##### **3º lugar**

Pormade Portas

## **Chefe jovem com subordinados mais velhos pode reduzir produtividade da empresa**

09/12/2016 – Gazeta do Povo

### ***Pesquisa mostra que desconforto provocado por chefias jovens com subordinados mais velhos pode ser um problema no ambiente de trabalho***



A experiência de um funcionário mais velho que trabalha para um chefe jovem tem tanto apelo que Hollywood fez um filme sobre isso. Lembram do olhar incrédulo de Dennis Quaid sobre o jovem Topher Grace no filme de 2004 “Em boa companhia”, quando o executivo de meia idade descobre seu novo chefe em pé em seu escritório? “Quantos anos você tem?”, perguntava o personagem de Quaid, chocado.

Mas acontece que esse sentimento desagradável não é o único problema. Um chefe jovem dirigindo subordinados mais velhos pode também afetar o desempenho da companhia. Um estudo acadêmico publicado recentemente no *Journal of Organizational Psychology* comparou dados de 8 mil funcionários em 61 empresas alemãs e descobriu que, em companhias com chefes mais jovens gerindo empregados mais velhos, os funcionários tiveram 12% mais emoções negativas no trabalho. Ao mesmo tempo, as empresas com mais dessas emoções negativas tiveram notas piores na avaliação de seus gerentes a respeito dos resultados da organização.

O estudo é um lembrete de que, apesar de todas as vantagens do sistema meritocrático não baseado na senioridade, ele tem suas desvantagens. Livrar-se das promoções baseadas na idade ajuda a evitar o surgimento de hierarquias estáticas, libera novos talentos e reforça a performance em vez da longevidade.

Mas isso também gera uma dinâmica entre colegas que não é somente desconfortável para alguns, mas também pode ser prejudicial para a produtividade se não for bem gerida.

O sentimento estranho de ter um chefe que poderia ser um amigo do seu filho é um fenômeno que os psicólogos chamam de "estado de incongruência".

"Ele contradiz as normas comuns de carreira e status", diz Florian Kunze, coautor do trabalho e professor da Universidade de Konstanz, na Alemanha. Esse estado libera sentimentos negativos, particularmente entre os trabalhadores mais velhos e "esses sentimentos podem também se espalhar por toda a companhia, para empregados que não são parte direta no relacionamento", disse.

### **"Estagnação"**

Atrapalha bastante o fato de que as pessoas trabalhando para um chefe jovem são lembradas dessas incongruências todos os dias – e pela pessoa responsável por sua sobrevivência.

"Quando têm de encarar a supervisão de uma pessoa mais jovem, funcionários mais velhos são forçados a reconhecer sua falta de progresso", explica Kunze. "Ao trabalhar todos os dias com um supervisor mais novo, os subordinados mais velhos são lembrados constantemente que falharam em manter o ritmo de crescimento."

Se as pessoas eliminam esses sentimentos negativos e os mantêm para si mesmas, o resultado pode ser melhor. Essa é outra conclusão do estudo. O efeito sobre a performance da empresa foi neutralizado nos ambientes onde os empregados disseram que a cultura estimulava as pessoas a manterem as emoções sob controle.

É claro que um local de trabalho onde as pessoas sentem que precisam suprimir suas emoções não é uma grande solução de longo prazo – mas o retorno para um sistema de promoção por senioridade também não é.

É por isso que Kunze e seus colegas sugerem que os gerentes invistam em treinamento, sejam mais sensíveis a esses relacionamentos desconfortáveis e lidem com os sentimentos dos funcionários a respeito dessas questões com mais frequência para agir a qualquer sinal de problema.

"Pesquisas recentes mostram que gerentes jovens são mais bem-sucedidos nessas situações se eles criam um distanciamento profissional com o subordinado mais velho, dando autonomia e metas claras", diz Kunze.

## **Inflação avança 0,18% em novembro, menor alta para o mês desde 1998**

09/12/2016 – Gazeta do Povo

A inflação oficial do país avançou 0,18% em novembro, desacelerando em relação a outubro, divulgou o IBGE na manhã desta sexta-feira (9). Foi a menor alta para meses de novembro desde 1998.

O indicador havia registrado alta de 0,26% em outubro. Em setembro, a ligeira alta de 0,08% chegou a gerar expectativas de que a inflação dava início ali a um movimento de melhora, que, no entanto, não se concretizou no mês seguinte.

O dado veio abaixo do centro de expectativas de analistas ouvidos pela agência internacional Bloomberg, que estimavam avanço de 0,27% da inflação em novembro e de 7,08% em 12 meses.

A taxa também foi a segunda mais baixa do ano, que começou com inflação alta, de 1,27% em janeiro, e veio desacelerando.

Os meses que tiveram os menores indicadores, contudo, apresentaram fortes altas logo nos meses seguintes.

Desta vez, os vilões da inflação foram os itens que compõem o grupo de saúde e cuidados pessoais, que tiveram alta de 0,57%. O item saúde sofreu impacto da alta de 1,07% dos planos de saúde.

As despesas de casa também ficaram mais caras. O item habitação teve alta de 0,30%, com destaque para energia elétrica, que subiu 0,43%, devido à mudança do regime das bandeiras tarifárias.

Na ponta oposta, o item alimentação e bebidas deu alívio ao bolso do consumidor, tendo registrado queda de 0,20%.

Os alimentos passaram quase todo o ano em trajetória de alta, mas começaram a ceder em outubro, no período de entressafra de alguns produtos e escoamento de produção agrícola.

O feijão carioca, em novembro, teve queda de preço da ordem de 17,52%.

### **COMPARAÇÃO ANUAL**

O dado de novembro veio bem abaixo dos 1,01% registrados em igual período do ano passado.

No acumulado deste ano, a inflação está em 5,97%, acima, portanto, do centro da meta de 4,5% do governo federal.

Nos 12 meses encerrados em novembro, a inflação avançou 6,99%.

## **Receitas de cidades com repasses da mineração voltam a subir neste ano**

09/12/2016 – Folha de S. Paulo

A compensação financeira aos municípios onde há mais atividade de mineração subiu em 2016 depois de quedas nos últimos dois anos.

Até a segunda (7), a arrecadação das dez cidades que mais ganharam esses repasses, calculados com base na venda, já era 15% mais alta que no ano passado todo.

O aumento ocorre mesmo com uma queda de 30% da receita que Mariana (MG) auferiu -a Samarco não produz desde o rompimento da barragem, em novembro de 2015.

A melhora é ligada à alta da produção e da cotação do minério de ferro, segundo Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de assuntos minerários do Ibram (Instituto Brasileiros de Mineração).

Das dez primeiras cidades do ranking, só a última, Paracatu (MG), não é produtora de ferro, mas de ouro.

"Neste fim de ano, o preço do minério se aproximou de US\$ 90 (R\$ 304) e deve ficar nesse patamar. Outras commodities também reagem: níquel havia tido queda e, com o carro elétrico, deve subir."

Duas medidas são esperadas pelo setor no futuro próximo, e ambas devem ter impacto nos valores que as empresas repassam às cidades, Estados e União, segundo Valdir Farias diretor-executivo da consultoria Fiorito, especializada no setor.

"O Departamento Nacional de Produção Mineral pode virar agência e a regra para o cálculo da contribuição deve ficar mais transparente."

## **TCU cobra governo para rever política da indústria do petróleo**

09/12/2016 – Folha de S. Paulo



O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou ao governo que reveja a política de conteúdo nacional para compras do setor de petróleo. Na avaliação do órgão, as regras atuais são "frágeis" e apresentam "distorções".

A posição agrada às petroleiras, que vivem um embate com a indústria e com fabricantes de bens e serviços para o setor sobre os compromissos de compras no país.

Nesta quinta (8), representantes de sete federações de indústrias e sete associações empresariais se reuniram no Rio para lançar um movimento em defesa da política de conteúdo local, batizado de Produz mais Brasil.

Em acórdão assinado pelos ministros Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro, o TCU avalia que a política atual "impõe custos à própria União, por meio da Petrobras, encarece e retarda a produção de petróleo", postergando receitas com royalties.

O processo foi motivado pelo elevado número de pedidos de perdão pelo não cumprimento das obrigações feitos pelas petroleiras em operação no país –segundo dados do setor, já são 110.

Relatório do órgão estima que o valor das multas por não cumprimento pode chegar a US\$ 25 bilhões até 2025, caso a política atual seja mantida.

Por isso, determina que a ANP defina "critérios claros e objetivos" para o perdão às empresas e que o Ministério de Minas e Energia adote objetivos de política de conteúdo local, com instrumentos que mensurem os resultados.

No lançamento do Produz mais Brasil, a diretora do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, Margarete Gandini, afirmou que o governo iniciará em 2017 uma grande revisão do tema.

A ideia, explicou ela, é ter uma política que privilegie o incentivo às empresas que comprarem mais no Brasil, em vez de multas por não cumprirem compromissos.

Para a próxima rodada da ANP, em 2017, haverá uma regra de transição.

A indústria teme que o processo prejudique os fabricantes instalados no Brasil. "Precisamos ter igualdade de condições para competir", disse, a gerente de petróleo e gás da Firjan (que reúne as indústrias do Rio), Karine Fragoso.

## **Volkswagen usa impressora 3D em projetos no Brasil**

09/12/2016 – Automotive Business



A Volkswagen está intensificando o uso de impressora 3D para auxiliar o processo de desenvolvimento de produtos no Brasil, que permite materializar projetos até então existentes apenas no ambiente digital de softwares e computadores.

A máquina que está na área conhecida como fábrica piloto de montagem final, o complexo industrial Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP), tem proporcionado agilidade e ganho de tempo na criação dos veículos que estão sendo desenvolvidos pela engenharia a serem lançados no médio prazo.

Na prática, a impressora fabrica peças que vão compor os protótipos, que por sua vez devem representar fielmente o veículo a ser lançado.

“O protótipo é o primeiro modelo físico de um projeto de automóvel. Construí-lo é fundamental para verificar se o projeto atende às expectativas. Ao criá-lo, é possível analisar profundamente diversos aspectos, entre os quais o encaixe das peças, a fixação, montagem e possíveis interferências”, afirma o supervisor da engenharia de protótipos, Francisvaldo Gomes Aires.

É possível com a impressora 3D imprimir (produzir) peças em resinas em questão de horas ou de minutos, dependendo do tamanho do componente. Entre as peças que podem ser impressas estão faróis, lanternas, telas de som, revestimentos de colunas, saídas de ar do painel de instrumento, calotas etc. No equipamento, que pode funcionar por 24 horas, é possível imprimir mais de uma peça por vez.

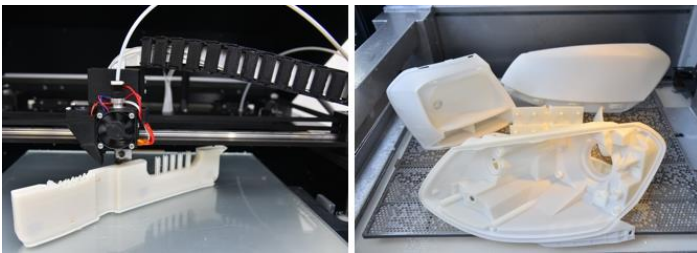
“Com a impressora 3D, conseguimos acelerar a fabricação de peças para os protótipos, pois elas são feitas muito mais rapidamente e a um custo muito inferior do que se tivéssemos de fabricar peças idênticas às de um veículo de série, com os mesmos materiais, em quantidade reduzida. Uma peça pequena, que levaria semanas para ficar pronta, fazemos em um dia na impressora 3D”, completa o engenheiro.

As peças em resina são complementares ao protótipo, que terá uma carroceria

completa e toda a parte mecânica feitas com os mesmos materiais de um veículo comum.

Também na impressora são criados dispositivos da resina plástica que ajudam os funcionários na hora da montagem de veículos que são produzidos em série. Essas peças que também são conhecidas como chapelonas servem como moldes para apoiar sobre a carroceria e orientar os pontos exatos de montagem de componentes, como colar o logo, fixar vidro ou centralizar o painel de instrumentos. Antes, esses moldes eram feitos manualmente.

“Com a impressora 3D, o processo de fabricação dos dispositivos que auxiliam os operadores na montagem final se tornou altamente inovador e eficiente. A impressora proporciona ganhos em produtividade, tempo de produção dessas peças e padronização, além de evitar o desperdício de material”, afirma o diretor da fábrica Anchieta, Mário Rodrigues.



## **AEA: nova política industrial virá a conta-gotas**

09/12/2016 – Automotive Business

Depois da experiência difícil do Inovar-Auto, que demorou meses para ser completamente regulamentado, a próxima política industrial automotiva deve vir a conta-gotas.

Esta é a expectativa da AEA, Associação de Engenharia Automotiva. Segundo a organização, se a legislação for definida como um só pacote há risco de ser alvo de novo processo da OMC, a Organização Mundial do Comércio, que já condenou o atual regime automotivo por protecionismo.

“A ideia é definir alguns aspectos, como segurança e eficiência energética, e ir regulamentando aos poucos, como algo permanente”, aponta Edson Orikassa, presidente da AEA. Segundo ele, o Inovar-Auto deixa muitas brechas e dúvidas. Uma delas diz respeito à necessidade de manter os níveis de consumo de combustível e de emissões alcançados no programa depois que ele acabar. “No fim não sabemos se as empresas precisam conservar os patamares do Inovar-Auto a partir de 2018”, questiona.

A AEA trabalha com o governo na definição de uma série de normas para o setor automotivo. Além de atuar no desenvolvimento do programa, a entidade oferece consultoria técnica para assuntos como legislação de segurança e de emissões. “A decisão da OMC foi um balde de água fria”, conta o dirigente. Segundo ele, a condenação pode gerar multas bilionárias para o Brasil nos próximos anos.

A posição da entidade também pode atrapalhar o desenvolvimento da nova política automotiva. Segundo Orikassa, vai ser difícil definir novas bases enquanto o governo administra o processo com a OMC. Ele admite, no entanto, que a decisão da entidade era esperada.

“Fica difícil justificar a exigência de que sejam feitos processos produtivos localmente, além do adicional no IPI.”



## DRIBLE NO INOVAR-AUTO

Orikassa admite que algumas empresas terão dificuldade para cumprir as exigências do Inovar-Auto. Quando se trata das montadoras que se instalaram recentemente no Brasil, o desafio de atender a alguns processos produtivos no País é maior. "A regulamentação demorou para sair e, quando enfim foi definida, algumas empresas viram que não estavam atendendo tudo que deveriam", conta. Segundo ele, entre as maiores dificuldades estão a produção de motores e de transmissões localmente.

A questão da eficiência energética, aparentemente mais sensível, não deve ser problema tão grande para as montadoras cumprirem. O cálculo é feito com base no volume de vendas das empresas, o que abre janela de oportunidade para alguns acertos de última hora.

"As empresas que não investiram na tecnologia poderão manipular as vendas, restringindo a oferta dos carros mais poluentes para conseguir um resultado melhor", diz, enfatizando que a solução não é nem de longe a mais rentável ou inteligente. "Claro que o ideal é oferecer tecnologia melhor."

### Vendas de implementos recuam 30% até novembro

09/12/2016 – Automotive Business



As vendas de implementos rodoviários recuaram 30,6% no acumulado entre janeiro e novembro na comparação com iguais meses de 2015, de acordo com dados divulgados na quinta-feira, 8, pela Anfir, associação que reúne as fabricantes no Brasil. Foram emplacadas 56.734 unidades contra as 81.766 de um ano antes.

O pior desempenho veio da categoria leve, de carrocerias sobre chassis, cuja queda chegou a 35,3% no comparativo anual, para pouco mais de 35,2 mil unidades. No ano passado, este volume foi de 54,5 mil.

O segmento de pesados – reboques e semirreboques – também registrou queda importante no comparativo anual, de 21%: foram 21,4 mil sobre as 27,2 mil. Em novembro, registrou recorde negativo com a entrega de 1,4 mil unidades.

"Sem uma alteração nas regras de financiamento para 2017 será muito difícil para a indústria aproveitar qualquer sinal de aquecimento da economia", avalia o presidente da entidade, Alcides Braga.

Apesar disso, a associação entende que mesmo com a adoção imediata de novas regras para financiamento de bens de capital os resultados positivos demorariam a aparecer. "A venda de implemento rodoviário é uma operação que naturalmente demanda tempo. Por ser bem de capital o cliente precisa pesar com precisão a necessidade de realmente adquirir produtos novos", argumenta o diretor executivo da Anfir, Mario Rinaldi.

Dessa forma, considerando que o reaquecimento da economia tende a ser naturalmente lento, a entidade estima que a recuperação das perdas dos últimos dois anos (2015 e 2016) só deverá ter início a partir do final do primeiro semestre de 2017.

## China mantém planos de produzir Lifan no Uruguai

09/12/2016 – Automotive Business

A China mantém sua intenção de produzir veículos da Lifan no Uruguai, embora ainda não tenha uma data certa para retomar a montagem local. Segundo o vice-presidente da Lifan no país vizinho, Pablo Revetria, em uma entrevista ao jornal El Observador de Montevideo, a matriz chinesa sinalizou que está trabalhando em um novo plano de reestruturação da unidade, localizada na província de San José e que aguarda permissão para voltar a operar.

A expectativa é de que o volume de produção, que já foi de 6,4 mil unidades por ano, passe para 2 mil ou no máximo 2,5 mil, a depender da data de retomada da montagem.

Enquanto isso não acontece, a filial uruguaia decidiu demitir 150 dos 230 funcionários que ainda eram mantidos pela Lifan, após desligar ao longo do ano parte dos 340 empregados que tinha quando paralisou suas operações em março, deixando os trabalhadores em regime de seguro desemprego. Restam agora 80 empregados que deverão continuar no seguro. Segundo Revetria, esta era uma medida que vinha sendo adiada há meses.

Com o anúncio das demissões, um grupo de trabalhadores associados a União dos Trabalhadores Metalúrgicos e Ramos Relacionados (UNTMRA, na sigla em espanhol), ocuparam a unidade da Lifan entre quinta-feira e sábado da semana passada.

Eles reivindicaram a criação de um registro de trabalhadores para que a Lifan e outras empresas do setor possam recorrer quando for necessário. A medida ajudaria a não perder mão de obra qualificada. A posição da montadora é que a equipe não precisa ser totalmente desligada da empresa. Na próxima semana está agendada uma nova rodada de negociações no Ministério do Trabalho e Segurança Social local.

“Tivemos que fazer uma redução de pessoal porque não se sabe quando a fábrica voltará a produzir. Entendemos que têm que permanecer no seguro desemprego os funcionários para os quais prevemos que vai haver postos de trabalho quando a fábrica reiniciar suas operações”, afirmou Revetria.

“Estamos focados em deixar a situação clara para que a Lifan da China saiba que já tomamos as decisões necessárias a fim de manter uma fábrica com possibilidade de restabelecer sua produção”, completou.

Havia expectativa de reiniciar as operações ainda neste ano, mas as condições do mercado, principalmente o brasileiro, onde a marca chegou a vender 5 mil veículos em um único ano, não se alteraram, fator que fez com que a Lifan descartasse essa possibilidade. Por enquanto, está previsto que a demanda para a América Latina seja atendida com produtos montados na Ásia.

A unidade da Lifan no Uruguai era responsável pela montagem do utilitário esportivo X60, do sedã LF 530 e da picape Foison, tendo montado a última remessa de veículos há um ano, em dezembro de 2015, e parando totalmente as operações em março deste ano. No local, também funcionava a fábrica da Nordex, que produzia o caminhão Kia Bongo, modelos da também chinesa Geely e onde também já foram montados veículos Renault.

Em julho deste ano, a Kia anunciou que retomaria as operações na Nordex a partir de setembro para a montagem do Bongo.

## **BMW amplia recall por possível falha no Isofix**

09/12/2016 – Automotive Business

A possibilidade de falha do sistema Isofix levou a BMW a ampliar o recall dos modelos X3 xDrive20i e X3 xDrive35i, incluindo também os carros fabricados entre 10 de maio e 1º de setembro de 2016. A nova campanha envolve mais 122 carros. A maioria é do X3 xDrive20i, com numeração de chassi entre 4A24477 e 4A24624. A única unidade do X3 xDrive35i tem chassi 4A15614.

A primeira etapa da convocação havia envolvido estes dois modelos e também os X3 sDrive20i, X3 xDrive20d, X3 xDrive28i, X4 xDrive20i, X4 xDrive28i e X4 xDrive35i, mas fabricados entre 13 de setembro de 2010 e 6 de maio de 2016.

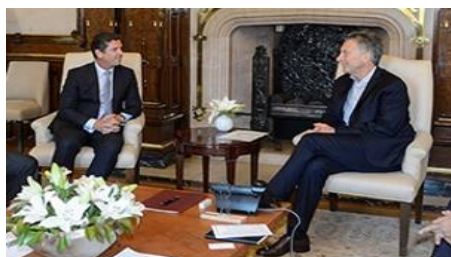
O motivo da ampliação do recall é o mesmo: o dispositivo para prender as cadeirinhas infantis desses veículos poderá ter seu aro de fixação quebrado, o que deixaria a cadeirinha solta.

Nesse caso, não se descarta a possibilidade de ocorrência de danos físicos e materiais à criança e aos demais ocupantes do veículo. O tempo gasto na realização do serviço é de aproximadamente 1 hora e 35 minutos.

Mais informações podem ser obtidas pelo 0800 707 3578, de segunda a sexta-feira, das 8 às 19 horas, ou pelo [www.bmw.com.br/recall](http://www.bmw.com.br/recall). A BMW ressalta que quem tem um veículo envolvido na primeira etapa e já efetuou o reparo não precisa tomar nenhuma outra providência.

## **PSA investirá US\$ 320 milhões na Argentina**

09/12/2016 – Automotive Business



Presidente da PSA Peugeot Citroën DS para a América Latina, Carlos Gomes, anuncia investimento ao presidente argentino, Mauricio Macri

O Grupo PSA investirá US\$ 320 milhões na Argentina para produzir sua nova plataforma modular CMP (Common Modular Plataform), como parte de sua estratégia regional em fabricar apenas modelos sobre esta mesma base a fim de reduzir a complexidade e os custos das unidades produtivas da região.

O anúncio foi feito pelo presidente do grupo na América Latina, Carlos Gomes, ao presidente argentino Mauricio Macri na última terça-feira, 6, em Buenos Aires.

O primeiro veículo sob esta nova base está previsto para 2019 e será destinado tanto para o mercado local como para exportação.

A empresa vem trabalhando há mais de um ano no planejamento de transformação da fábrica de El Palomar, localizada na região metropolitana da capital argentina, com o objetivo de transformá-la em uma referência mundial de produção para o grupo. Neste período, já adotou ações que, segundo a própria PSA, começaram a dar resultado.

Em dezembro de 2015, a montadora comprou uma fábrica local de estamperia, além de iniciar a implementação do full kitting (nova metodologia de abastecimento de peças na borda da linha de montagem), processo que já está em curso na unidade brasileira de Porto Real (RJ) e que auxilia nos ganhos de flexibilidade, agilidade e competitividade.

Essa transformação da PSA na Argentina inclui ainda a criação de um futuro parque de fornecedores em Tres de Febrero, também na capital Buenos Aires, além de um aumento significativo da integração local, a fim de impulsionar a cadeia de fornecedores argentinos.

A produção local da plataforma CMP permitirá a produção de uma gama completa de modelos das marcas Peugeot, Citroën e DS, fazendo da planta de El Palomar parte do programa global da companhia, podendo realizar lançamentos sincronizados com o resto do mundo.

A plataforma também é conhecida internamente como multienergética, uma vez que esta mesma base está sendo utilizada pela PSA em parceria com a Dongfeng para um projeto de linha de veículos com propulsão alternativa aos motores de combustão interna. O objetivo de ambas é lançar até quatro carros elétricos até 2021.

## **Não chore a morte de acordos comerciais**

09/12/2016 - Inda

Os Estados Unidos e o Japão já se posicionaram claramente contra o reconhecimento da China como economia de mercado e querem poder continuar a impor altas sobretaxas contra produtos com preços deslealmente baixos. A União Europeia (UE) criou uma metodologia dita neutra de defesa comercial que, se não convencer os chineses, será também contestada na OMC.

As sete décadas que nos separam da Segunda Guerra Mundial foram uma era de acordos de comércio internacional. As principais economias mundiais viviam em perpétuo estado de negociações comerciais.

Concluíram dois grandes acordos multilaterais mundiais: o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, nas iniciais em inglês) e o tratado que instaurou a Organização Mundial de Comércio (OMC). Além disso, foram firmados mais de 500 acordos comerciais bilaterais e regionais - a vasta maioria deles desde que a OMC substituiu o Gatt, em 1995.

As revoltas populistas de 2016 quase certamente porão fim a essa febril assinatura de acordos. Embora os países em desenvolvimento possam fechar acordos comerciais menores, os dois principais pactos em discussão, a Parceria TransPacífico (TPP, nas iniciais em inglês) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP), estão praticamente mortos após a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos.

Não deveríamos prantear seu desaparecimento.

O comércio exterior aberto não exige qualquer cosmopolitismo; precisa só dos ajustes internos necessários para garantir que todos os grupos (ou, pelo menos, os politicamente poderosos) possam participar das vantagens gerais.

A que fim os acordos comerciais atendem, na verdade? A resposta pareceria óbvia: os países negociam acordos comerciais para ter um comércio mais livre. Mas a realidade é consideravelmente mais complexa.

Isso não se deve apenas ao fato de os atuais acordos comerciais avançarem sobre muitas outras áreas de política pública, como regulações de saúde e segurança,

patentes e copyrights, regulações de conta de capital e direitos do investidor. Também não fica claro se eles têm mesmo muito a ver com o livre comércio.

O argumento econômico padrão em favor do comércio exterior é de ordem doméstica. Haverá ganhadores e perdedores, mas a liberalização do comércio aumenta o tamanho do bolo da economia em casa. O comércio externo é bom para nós, e deveríamos suprimir os impedimentos a ele pelo nosso próprio bem - não para ajudar outros países.

Portanto, o comércio exterior aberto não exige qualquer cosmopolitismo; precisa apenas dos ajustes internos necessários para garantir que todos os grupos (ou, pelo menos, os politicamente poderosos) possam participar das vantagens gerais.

Por exemplo, ao impor uma tarifa às importações de aço, digamos, os EUA podem reduzir os preços pelos quais as produtoras chinesas vendem seus produtos. Ou, ao taxar as exportações de aeronaves, os EUA podem elevar os preços que os estrangeiros terão de pagar. Um acordo comercial que proíba essas políticas de mendigar com o chapéu alheio pode ser úteis para todos os países.

Mas é difícil alinhar esse raciocínio com o que acontece sob os acordos comerciais reais. Embora os EUA efetivamente imponham tarifas de importação ao aço chinês, a intenção não parece ser baixar o preço mundial do aço.

Deixados a seu bel-prazer, os EUA prefeririam subsidiar as exportações da Boeing - como muitas vezes fizeram - do que taxá-las. Na verdade, as regras da OMC proíbem subsídios às exportações, ao mesmo tempo em que não preveem qualquer limitação direta aos impostos de exportação.

A economia, portanto, não é o melhor caminho para entendermos os acordos comerciais. A política parece uma via mais promissora: as políticas comerciais americanas para o aço e as aeronaves são, provavelmente, mais bem explicadas pelo desejo dos formuladores de políticas públicas de ajudar esses setores específicos do que por suas consequências econômicas como um todo.

Os acordos comerciais podem ajudar a deter essas políticas perdulárias ao dificultar para os governos a tarefa de conceder favores especiais a setores bem relacionados na esfera da política.

Mas esse argumento tem um ponto cego. Se as políticas comerciais fossem forjadas pelo lobby político, as negociações comerciais internacionais não estariam submetidas a esses mesmos lobbies? E será que regras comerciais escritas por uma combinação de lobbies domésticos e externos, e não apenas por lobbies domésticos, poderiam garantir um resultado melhor?

Os lobbies domésticos, claro, podem não conseguir tudo o que querem. Por outro lado, interesses comuns no âmbito de grupos setoriais de diferentes países poderão levar a políticas que reverenciam o rentismo em âmbito mundial.

Quando os acordos comerciais versavam sobre tarifas de importação, o intercâmbio negociado de acesso ao mercado geralmente gerava barreiras mais baixas às importações. Mas existem certamente também muitos exemplos de conluio internacional no âmbito dos interesses especiais. A proibição, pela OMC, a subsídios às exportações não tem fundamento econômico real, como já observei. As regras antidumping são, no mesmo sentido, explicitamente protecionistas em sua intenção.

Esses argumentos perversos proliferaram mais recentemente. Os acordos comerciais mais novos incorporam regras de "propriedade intelectual", fluxos de capital e proteções ao investimento que visam principalmente gerar e preservar lucros para

instituições financeiras e empresas multinacionais à custa de outras metas de política pública legítimas.

Essas regras oferecem proteção especial a investidores estrangeiros que muitas vezes entram em conflito com regulações de saúde pública ou ambientais. Elas dificultam aos países em desenvolvimento o acesso à tecnologia, comandam fluxos de capital voláteis e diversificam as economias desses países por meio de políticas setoriais.

As políticas comerciais puxadas pelo lobby político e por interesses especiais domésticos são mendigar com o próprio chapéu. Podem ter consequências de mendigar com o chapéu alheio, mas esse não é o seu fator impulsor. Refletem as assimetrias de poder e os fracassos políticos das sociedades.

Os acordos de comércio internacional podem dar uma contribuição apenas limitada para a solução desses fracassos políticos domésticos, e às vezes agravam esses fracassos. Enfrentar políticas de mendigar com o próprio chapéu exige melhorar a governança doméstica, e não estabelecer regras internacionais.

Devemos ter isso em mente ao lamentar o desaparecimento de uma era de acordos comerciais. Se gerirmos bem nossas próprias economias, os novos acordos comerciais serão, em grande medida, desnecessários.

## UE abre nova investigação sobre importações de aço da China

09/12/2016 – Folha de S. Paulo



A União Europeia lançou uma nova investigação para determinar se siderúrgicas chinesas estão exportando aço a preços injustamente baixos, um caso que Pequim diz ver com profunda preocupação.

A Comissão Europeia considerou que a queixa apresentada pela Eurofer, associação de siderúrgicas da UE, sobre um tipo de aço resistente a corrosão merecia ser investigada, informou o diário oficial da UE nesta sexta-feira (9).

A UE taxou uma ampla gama de tipos de aço nos últimos anos para conter o que as siderúrgicas europeias dizem ser uma inundação de oferta a preços abaixo do custo devido ao excesso de capacidade da China.

Em comunicado divulgado no site do Ministério de Comércio do país asiático, o diretor do departamento de investigações comerciais, Wang Hejun, informou que Pequim atribuiu "alto grau de atenção e preocupação" ao caso.

Ele afirmou ainda que os problemas do setor na Europa se deviam ao fraco crescimento econômico e culpar o excesso de capacidade da China não tinha fundamento. Segundo a autoridade chinesa, a Europa deveria analisar racionalmente os problemas enfrentados pelas siderúrgicas.

"Não deveria adotar medidas protecionistas equivocadas que limitam uma concorrência justa de mercado", disse Wang Hejun.



A investigação foi aberta pela Comissão Europeia poucos dias antes do 15º aniversário da entrada da China à OMC (Organização Mundial de Comércio).

Sob as regras atuais, a UE pode comparar os preços chineses com aqueles de outro país —neste caso, o bloco escolheu as cotações praticadas no Canadá.

No mês passado, a Comissão Europeia propôs um novo modo de tratar a China, mas a medida ainda precisa ser aprovada pelos 28 países membros do bloco e pelo parlamento europeu.

Cerca de 5.000 vagas foram fechadas na indústria siderúrgica britânica no último ano, enquanto o setor sofre para competir com as importações mais baratas vindas da China e elevados custos de energia.

Em outubro, a comissão estabeleceu uma taxa provisória de até 73,7% para as importações de chapas grossas de aço, e de até 22,6% para aço laminado a quente, da China.

Em casos antidumping, a UE normalmente tem até 9 meses para determinar se há motivos para imposição de sobretaxas sobre um produto e, então, mais seis meses para definir se as taxas devem ser aplicadas por cinco anos.